

Notade-M em 20/10/2022
Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro
Agente de Contratação
Matrícula: 0072

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 01 / 2022 da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -Rj.

A **SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA**, com sede a Rua Diniz Barreto,n:130,apto 202,CEP: 21.341-250, Bairro: Madureira , Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº19.269300/0001-07,pessoa jurídica de direito privado, inscrição municipal 0596133-5, vem por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) **CLÁUDIO MARINHO DE PINHO PONTES**, portador(a) da Carteira de Identidade nº132004284 e do CPF nº 05543234783, vem tempestivamente, com fulcro na alínea "a",do inciso I, do artigo 109 da Lei número 8666/93, a presença de Vossa Senhoria , a fim de interpor Recurso Administrativo contra decisão da comissão de licitação de inabilitação da empresa e fatos decorrentes durante o certame.

Contra a decisão dessa digna comissão de licitação que desclassificou a recorrente , o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Atendendo à convocação Pública da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -Rj., Endereço : com sede à Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Novo Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ – Comissão Permanente de Licitação. Através da Concorrência 01 / 2022 , veio a recorrente participar em pé de igualdade do certame público.

A Ata de Reunião do dia 05 de Outubro de 2022, na Fase de Credenciamento não foi identificado os representantes legais da empresa **CMA EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO**, uma vez que foi enviado via protocolo as documentações da licitante, se utilizando do item " 6.1.2 – DA PROPOSTA DE PREÇOS, PARÁGRAFO SEGUNDO : Os envelopes "A" e "B", contendo habilitação e propostas, respectivamente, também, poderão ser protocolizados até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, mediante o pagamento da taxa de expediente, situada à Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ, ou entregues na data, hora e local da abertura dos mesmos diretamente ao Presidente da Comissão de Licitações". Não Houve Credenciamento de nenhum representante legal da firma para os trâmites futuros do processo.

End.Rua Diniz Barreto ,nº 130 Apto 202
Cep:21.341-250,Madureira – Rio de Janeiro,
E-mail : seculusconstrutora@hotmail.com
www.construtoraseculus.com.br
Contato: (21)99357-5211 (Cláudio)

Seculus
SECULUS
CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
CNPJ: 19.269.300/0001-07





- Itens referentes à execução de instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações sanitárias e instalações de incêndio e SPDA;
- Itens referentes a trabalho com andaimes;
- Itens referentes à execução de cobertura metálica;
- Itens referentes à estrutura de concreto armado;
- Itens referentes à instalação de piso intertravado

Referência : Parecer Técnico do Setor Técnico de Engenharia da Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -RJ.

“ SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA , A empresa não atendeu em sua totalidade as premissas do item 4.1.1.10.3, faltando comprovação de execução sobre o item de relevância solicitado: “ Itens referentes à reparos e recuperação de estrutura de concreto Pré-Moldado”, indicando apenas itens no que diz respeito a “ estrutura de concreto pré-moldado ”.

a) Certidões de Acervo Técnicos

Os documentos referente as Certidões de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA-RJ da Firma SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA -EPP, no nome da licitante foram apresentados e anexados no envelope de habilitação, sendo autenticados in-loqu pela presidente da Comissão de Licitação, atendendo ao edital no **Sub - item 4.1.1.1.10 .2 - “Capacitação técnico-Operacional: A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico- Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste PB, com clara menção do produto e execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos.**

Este fato não ocorreu com a empresa CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA, que além de não enviar representante legal para o certame, não apresentou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA AVERBADO NO CREA-RJ, NO NOME DA firma.,

Esta apenas comprovou a capacidade profissional de seus responsáveis técnicos com atestados de Capacidade Técnica de outras empresas que eles trabalharam, não estando no nome da licitante, que foi indevidamente habilitada, por não atender o **Sub-item 4.1.1.1.10.2 do edital do certame.** Além de não possuir no objeto do contrato social Reforma e Adequação de obras similares ao certame ,não atendendo o item :

Estor
SECULUS
CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
CNPJ: 07.011.101/0001-00

Hen

P.M.S.J.V.R.P.
Proc. Nº 8698/22
Folha Nº 03
PROTOCOLO
Ass. Funcionário

[Handwritten signature]
SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
CNPJ: 07.011.101/0001-00



Analizando o Caderno de Encargo da Obra , **Anexo V** – Que tem por objetivo estabelecer e definir os critérios de responsabilidade a serem cumpridos por parte da Contratada, bem como definir a parte que corresponde à Fiscalização . A empresa atende todas as obrigações e condições técnicas para execução da obra .

Analizando o **Atestado de Capacidade Técnica** da firma SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA, referente a obra de **Engenharia referente ao serviço de Reforma e Expansão de 02 galpões da TAIGO**, podemos verificar itens similares aos que serão executados na Recuperação Estrutural do Ciep, sendo os seguintes :

item 2.1.2 – Alvenarias de Bloco de concreto Estrutural 15 x 20 x 40, espessura 15 cm, assentados com argamassa traço 1: 0,25 :4 (Cimento, cal e areia);

item 11 – Tratamento Anticorrosivo nas estruturas do telhado;

Item 11 – Instalação de telhados de policarbonato com estrutura de ferro e tratamento antiferrugem e pintura na cor escolhida pelo contratante;

Analizando o **Atestado de Capacidade Técnica** da firma SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA, referente a obras de **Construção do 1 e 2 Pavimento do Prédio garagem para apoiar e abrigar viaturas do Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais -BTLOG** , todos os serviços executados nesse atestado serão executados na recuperação e reforço estrutural do CIEP, atendendo perfeitamente o edital .

A empresa **ECONSTRUIR CONSTRUÇÕES EIRELI**, informou na ata da reunião do dia 14 de Outubro de 2022 (Sexta-Feira), que nenhuma empresa possuía Engenheiro Eletricista no seu quadro de Responsável técnico ou corpo técnico, foi lembrando pela firma SECULUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA, na mesma ata que o edital do certame licitatório no item 4.1.1.1.10.5, apenas exige como pré-requisito o Engenheiro Civil ou arquiteto para atender o edital da Concorrência 01 / 2022, desta forma sua análise não deve prosperar no certame.

Avançando mais no esclarecimento citamos os anexos a seguir para esclarecimento que o Engenheiro Civil ,também pode ser responsável por projetos e obras de energia elétrica de baixa tensão, vide em anexo o Decreto Federal 23569 e resolução 218/7 .

“ Os Engenheiros Cíveis com atribuições dos artigos 28 e 29 do Decreto Federal 23569 e ainda os engenheiros civis portadores do artigo 7 da Resolução 218/73, possuem atribuições para realizar instalações elétricas de baixa tensão em obras civis de sua autoria e desde que estes sejam responsáveis pelo projeto e execução.”

[Assinatura]
SECULUS
CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
15/10/2022

[Assinatura]

P.M.S.J.V.R.P.
Proc. Nº 8688/22
Folha. Nº 09
PROTOCOLO
Ass. Funcionário

[Assinatura]
Engenheiro Civil
CREA-RJ 20074805



Portanto, são muitos os assuntos relacionados ao tema que requerem frequentes análises por parte do TCU:

- Quantidades mínimas exigidas;
- Prestação de serviços de mão de obra; Conselhos profissionais; Excesso de formalismo, acervos técnicos, etc.

O que é um atestado de capacidade técnica?

O Atestado de Capacidade Técnica é **uma declaração (um documento)** que comprova e atesta o fornecimento de materiais ou os serviços prestados pela empresa interessada, emitido por **pessoa jurídica**, em papel timbrado, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa.

O atestado de capacitação técnica está previsto no inciso II, do artigo 30 da Lei de Licitações (8.666/93) que dita que ele compõe a documentação relativa à qualificação técnica de uma empresa:

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Ele deve ser **pertinente e compatível** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Muito **importante** lembrar: de forma alguma deverá ser cobrado qualquer que seja o valor para que te forneçam esta declaração.

Estive
SECULUS
CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
CNPJ nº 08.124.201/0001-01

Alex

P.M.S.J.V.R.P.
Proc. Nº 8688/22
Folha Nº 05
PROTOCOLO
Ass. Funcionário

Handwritten signature
Engenheiro Civil
CREA-RJ 207.436/5



A Lei de Licitações, indica no art. 30 que podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Diante destas constatações, podemos afirmar que se torna inviável exigir do licitante, no tocante à qualificação técnica, atestados de experiência anterior referente a objeto **idêntico** ao que será contratado.

Exceto nos casos em que a restrição for essencial ao cumprimento da obrigação. É possível que, em algum momento você se depare com a exigência de um atestado com limites de: vencimento, prazo de realização ou execução em lugares específicos.

Estas exigências interferem diretamente na competitividade da licitação, portanto não estão previstas na legislação.

Por exemplo:

- A exigência de atestado (s) de capacidade técnica estritamente dentro do período 01/2018 a 12/2018.

Não é permitido determinar período ou validade para um atestado de capacidade técnica.

Quem pode emitir o atestado de capacidade técnica?

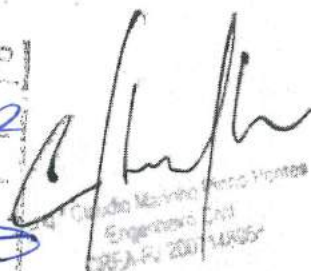
O atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante é aceito?

Definitivamente não!


SECULUS
CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
CNPJ 19.242.300/0001-67



P.M.S.J.V.R.P.
Proc. Nº 8698/22
Folha. Nº 06
PROTOCOLO
Ass. Funcionário


Engenheiro Civil
CREA RJ 200.14955



III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV – prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

- 1º A comprovação de aptidão **referida no inciso II** do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

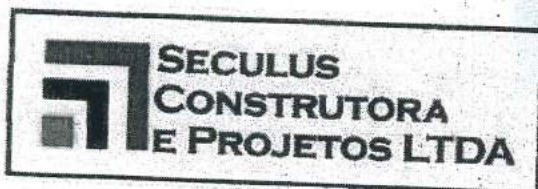
Isso também já foi comentado em:

TCU – Decisão 292/98 – Plenário – Rel. Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha – Julgado em 20/05/1998.

Como conseguir um atestado de capacidade técnica para uma empresa nova?

Se você **abriu sua empresa** muito recentemente, e ainda está finalizando sua primeira experiência, então espere até que o contrato seja finalizado, aí então, solicite a seu cliente a sua declaração.





IV – DO PEDIDO

Em face do exposto e tendo na devida conta que a recorrente poderia oferecer preços efetivamente menores e, por conseguinte, os mais vantajosos para a administração, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para:

- a) Com fundamento no art. 109 da lei 8666/93, declarar a licitante **HABILITADA** para prosseguimento do processo licitatório **Concorrência Pública 001/2022** da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -RJ
- b) Determinar-se à comissão de licitação que profira tal julgamento, considerando a proposta da recorrente para alcançar a **HABILITAÇÃO**, o qual, por certo, resultará na adjudicação do objeto licitado à subscritora, visto que os serviços ofertados apresentam preços bastante competitivos.
- c) Solicitar a esta honrada Comissão Permanente de Licitação que **INABILITE** a firma **CMAx EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA**, pelos seguintes motivos:
 1. Não possui no Objeto do Contrato social " reforma predial e adequação das instalações" nem termo similar no contrato social, por isso não atende o edital no item 3.3, sub-item "3.3.1 - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto desta licitação, comprovado pelo contrato social";
 2. Não Possui Atestado de Capacidade Técnica de nenhuma obra atestada pelo CREA -RJ, no nome da Licitante. Desta forma não atende o edital da Concorrência Pública n.01/2022 no item 4.1.1.1.10 – Qualificação Técnica e **Sub - item 4.1.1.1.10 .2 - "Capacitação técnico-Operacional: A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico- Operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste PB, com clara menção do produto e execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade dos mesmos"** do referido edital.
 3. Não Enviou em nenhum momento representante legal no decorrer das sessões públicas, após entrega dos envelopes da empresa, desta forma abriu mão de seu direito de se pronunciar no processo, caso se manifeste aos recursos impetrado, que venha ser mais um motivo para inabilitação da licitante;
- d) Desconsiderar o Pronunciamento da Firma **ECONSTRUR CONSTRUÇÕES EIRELI**, no que tange a apresentação de Engenheiro Eletricista, uma vez que não é exigência deste edital, uma vez que o item 4.1.1.1.10 5, exige Engenheiro Civil ou arquiteto e não Engenheiro Eletricista.

Edina
SECULUS
CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA
CNPJ: 19.244.300/0001-07

Ala

P.M.S.J.V.R.P.
Proc. Nº 8618 / 22
Folha Nº 08
PROTOCOLADO
Ass. Funcionário

[Assinatura]
Claudio Mariano Pires
Presidente



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

ART de Obra ou Serviço
2020200069175

INICIAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: **2614693030**

Registro: **2018111565**

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

Registro: **2019201153**

2. Dados do contrato

Contratante: **CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ**

CPF/CNPJ: **33525221000132**

AVENIDA CARLOS PEIXOTO

Complemento: -

Bairro: **BOTAFOGO**

Nº: **54**

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

UF: **RJ**

CEP: **22290090**

Contrato: **008/2020**

Celebrado em: **25/03/2020**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Valor do Contrato: -

3. Dados da Obra/Serviço

RUA RUA HENRI ANTOINE GROUES

Complemento: -

Bairro: **BAIXA ITAPUCA**

Nº: **598**

Cidade: **RESENDE**

UF: **RJ**

CEP: **27536000**

Data de Início: **25/03/2020**

Previsão de término: **25/01/2021**

Finalidade: **RESIDENCIAL**

Proprietário: **CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ**

CPF/CNPJ: **33525221000132**

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA
13 CONSTRUCAO
40 EDIFICACAO RESIDENCIAL

Quantidade	Unidade	Pavimento
3.675,80	m2	4

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

CONSTRUÇÃO DE 64 UNIDADES HABITACIONAIS EM 02 BLOCOS DE 4 PAVIMENTOS COM RESPECTIVA OBRA DE INFRAESTRUTURA DE URBANIZAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO LOCAL, SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, REDE DE ÁGUA POTÁVEL, REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS, REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS, OBRAS DE VIAÇÃO, PAISAGISMO E PROJETOS.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS - 12626951714

CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ - 33525221000132

9. Informações

■ A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

■ A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

■ A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: **R\$233,94**

Registrada em **14/05/2020** Valor Pago **R\$233,94**

Nosso Número: **28078570000818726**





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 2614693030

Registro: 2018111565

Registro: 2019201153

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: CCO MARTINS IMÓVEIS - ME

RUA GENERAL CANROBERT

Complemento: QD,132

Cidade: DUQUE DE CAXIAS

Contrato: -

Valor do Contrato: -

Celebrado em: 03/03/2020

Bairro: CHACARA MARIA H Nº: 1887

UF: RJ ELENA

CPF/CNPJ: 28397121000138

CEP: 00000000

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

RUA BOCACIO

Complemento: -

Cidade: DUQUE DE CAXIAS

Data de Início: 03/03/2020

Previsão de término: 03/08/2020

Finalidade: COMERCIAL

Proprietário: CCO MARTINS IMÓVEIS - ME

Bairro: CHACARAS ARCAMP Nº: 1200

UF: RJ

CEP: 25251430

Código: 27580-000

CPF/CNPJ: 28397121000138

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA
31 FUNDACAO
47 PAVIMENTACAO
66 TERRAPLANAGEM
8 ALVENARIA
64 ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO
68 ESTRUTURA METALICA

Quantidade	Unidade	Pavimento
1.485,00	m2	1

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de _____ de _____

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS - 12626951714

CCO MARTINS IMÓVEIS - ME - 28397121000138

9. Informações

■ A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

■ A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

■ A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: R\$233,94

Registrada em 04/03/2021

Valor Pago R\$233,94

Nosso Número: 28078570001044395

Ass. Jurid. CREA



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 2614693030

Registro: 2018111565

Registro: 2019201153

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ
AVENIDA CARLOS PEIXOTO

Complemento: -

Cidade: RIO DE JANEIRO

Contrato: 008/2021

Valor do Contrato: -

Bairro: BOTAFOGO

UF: RJ

Celebrado em: 25/03/2021

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

CPF/CNPJ: 33525221000132

Nº: 54

CEP: 22290090

3. Dados da Obra/Serviço

RUA RUA HENRI ANTOINE GROUES

Complemento: -

Cidade: RESENDE

Data de Início: 24/01/2021

Previsão de término: 24/01/2022

Finalidade: RESIDENCIAL

Proprietário: CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ

Bairro: BAIXA ITAPUCA

UF: RJ

Nº: 598

CEP: 27536000

CPF/CNPJ: 33525221000132

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA
13 CONSTRUCAO
40 EDIFICACAO RESIDENCIAL

Quantidade	Unidade	Pavimento
3.675,80	m2	4

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

CONSTRUÇÃO DE 64 UNIDADES HABITACIONAIS EM 02 BLOCOS DE 4 PAVIMENTOS COM RESPECTIVA OBRA DE INFRAESTRUTURA DE URBANIZAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO LOCAL, SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, REDE DE ÁGUA POTÁVEL, REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS, REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS, OBRAS DE VIAÇÃO, PAISAGISMO E PROJETOS.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS - 12626951714

CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ - 33525221000132

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: R\$88,78

Registrada em

04/10/2021

Valor Pago R\$88,78

Nosso Número: 28078570001233145

Ass. Funcionário



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

ART de Obra ou Serviço

2020210210883

COMPLEMENTAR à 2020200095595

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: **2614693030**

Registro: **2018111565**

Registro: **2019201153**

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: **CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ**

CPF/CNPJ: **33525221000132**

AVENIDA CARLOS PEIXOTO

Complemento: -

Bairro: **BOTAFOGO**

Nº: **54**

Cidade: **RIO DE JANEIRO**

UF: **RJ**

CEP: **22290090**

Contrato: **009/2020**

Celebrado em: **02/06/2020**

Tipo de Contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Valor do Contrato: -

3. Dados da Obra/Serviço

RUA AV. DA INDÚSTRIAS

Complemento: **LOTEAMENTO FREITAS SOARES**

Bairro: **FREITAS SOARES** Nº: **S/N**

Cidade: **PORTO REAL**

UF: **RJ**

CEP: **27570000**

Data de Início: **02/08/2021**

Previsão de término: **02/08/2022**

Finalidade: **RESIDENCIAL**

Proprietário: **CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ**

CPF/CNPJ: **33525221000132**

4. Atividade técnica

**29 EXECUCAO DE OBRA
13 CONSTRUCAO
40 EDIFICACAO RESIDENCIAL**

Quantidade	Unidade	Pavimento
13.019,70	m2	1

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 63 UNIDADES HABITACIONAIS COM RESPECTIVA INFRAESTRUTURA DE URBANIZAÇÃO COMPREENDENDO OS SEGUINTE SERVIÇOS: ADMINISTRAÇÃO LOCAL, SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, REDE DE ÁGUA POTÁVEL, REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS, REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS, OBRAS DE VIAÇÃO, PAISAGISMO E PROJETOS ESTRUTURAL.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de

de

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS - 12626951714

CIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ - 33525221000132

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: **R\$88,78**

Registrada em: **04/10/2021**

Valor pago: **R\$88,78**

Nosso Número: **28078570001233230**

PROTÓCOLO
Ass. Funcionário



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO

Título profissional:
engenheiro civil

RNP: 1003017991

Registro: 1986106929

Registro: 2019201153

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS

Complemento: -

Cidade: RIO DE JANEIRO

Contrato: 092/2021

Valor do Contrato: -

Bairro: CIDADE NOVA

UF: RJ

Celebrado em: 31/08/2021

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

CPF/CNPJ: 33352394000104

Nº: 2655

CEP: 20210030

3. Dados da Obra/Serviço

RUA HENRIQUETA

Complemento: -

Cidade: RIO DE JANEIRO

Data de Início: 01/10/2021

Previsão de término: 01/04/2022

Finalidade: INFRAESTRUTURA

Proprietário: COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Bairro: TANQUE

UF: RJ

Nº: 107

CEP: 22735-13

CPF/CNPJ: 33352394000104

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA

64 SANEAMENTO

333 LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ESGOTO

Quantidade
2.500,00

Unidade
un

Pavimento
1

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE INSPEÇÃO (CI'S) E SUAS CONEXÕES ÀS REDES OCIOSAS DE ESGOTO SANITÁRIO DE IMÓV
EIS EXISTENTES NA ÁREA DE PLANEJAMENTO Nº4 (AP-4) DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ABENC - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS - ABENC/RJ

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de de

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO - 96633913753

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE - 33352394000104

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: R\$233,94

Registrada em 06/12/2021

Valor Pago R\$233,94

Nosso Número: 28078570001292728





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 2614693030

Registro: 2018111565

Registro: 2019201153

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

AVENIDA ERASMO BRAGA

Complemento: ED. ESTÁCIO

Cidade: RIO DE JANEIRO

Contrato: 008/2022

Valor do Contrato: -

Bairro: CENTRO

UF: RJ

Celebrado em: 28/03/2022

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

CPF/CNPJ: 32393537000155

Nº: 118

CEP: 20020000

3. Dados da Obra/Serviço

RUA MAÇARANDUBA

Complemento: -

Cidade: RIO CLARO

Data de Início: 04/04/2022

Previsão de término: 04/10/2022

Finalidade: -

Proprietário: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

CPF/CNPJ: 32393537000155

Bairro: POUSO SECO

UF: RJ

Nº: SN

CEP: 27460000

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA

49 PROJETO

6 CALCAMENTO

22 DRENAGEM

47 PAVIMENTACAO

66 ESTRADA

202 ASFALTO

Quantidade

3.224,00

Unidade

m2

Pavimento

-

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

OBRA DE DRENAGEM E EXECUÇÃO DE CONFECÇÃO DE PASSEIOS NAS RUAS DE MAÇARANDUBA, JEQUITIBÁ, ARARIBÁ, JA CARANDA, JATOBÁ E CAVIUNA LOCALIZADAS EM POUSO SECO - 5º DISTRITO, COM ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO - MUNICIPIO DE RIO CLARO/RJ.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de de

LEANDRO DOS SANTOS MORAIS - 12626951714

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID - 32393537000155

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: R\$233,94

Registrada em: 31/05/2022

Valor Pago: R\$233,94

Nosso Número: 28078570001452372





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO

Título profissional:
engenheiro civil

RNP: 1003017991

Registro: 1986106929

Registro: 2019201153

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

2. Dados do contrato

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

AVENIDA ERASMO BRAGA

Complemento: ED. ESTÁCIO

Cidade: RIO DE JANEIRO

Contrato: 014/2022

Valor do Contrato: -

Bairro: CENTRO

UF: RJ

CPF/CNPJ: 32393537000155

Nº: 118

CEP: 20020000

Celebrado em: 17/05/2022 Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SANTA AMÉLIA

Complemento: -

Cidade: RIO DE JANEIRO

Data de Início: 26/05/2022 Previsão de término: 21/01/2023

Finalidade: INFRAESTRUTURA

Proprietário: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

Bairro: SANTA AMÉLIA

UF: RJ

Nº: SN

CEP: 26483-05

CPF/CNPJ: 32393537000155

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA
22 DRENAGEM
47 PAVIMENTACAO
66 TERRAPLANAGEM
175 OUTROS
202 ASFALTO
287 OBRA CIVIL PÚBLICA

Quantidade	Unidade	Pavimento
20.146,92	m2	1

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS NO BAIRRO SANTA AMÉLIA NO MUNICÍPIO DE JAPERI- RJ,

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ABENC - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS - ABENC/RJ

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO - 96633913753

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID - 32393537000155

Valor ART: R\$233,94

Registrada em: 14/06/2022

Valor Pago: R\$233,94

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Nosso Número: 28078570001464099

Ass. Funcionário



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO

Título profissional:
ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1003017991

Registro: 1986106929

Empresa contratada:
CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

Registro: 2019201153

2. Dados do contrato

Contratante: CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

CPF/CNPJ: 33584894000163

RUA SAO JORGE

Complemento: -

Bairro: CENTRO

Nº: S/N

Cidade: ITATIAIA

UF: RJ

CEP: 27580000

Contrato: 019/2022

Celebrado em: 27/05/2022 Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO

Valor do Contrato: -

3. Dados da Obra/Serviço

RUA ISAIAS

Complemento: -

Bairro: NOVA BELÉM

Nº: SN

Cidade: RIO DE JANEIRO

UF: RJ

CEP: 2643339

Data de Início: 07/06/2022 Previsão de término: 02/02/2023

Finalidade: INFRAESTRUTURA

Proprietário: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

CPF/CNPJ: 32393537000155

4. Atividade técnica

29 EXECUCAO DE OBRA
22 DRENAGEM
47 PAVIMENTACAO
66 TERRAPLANAGEM
175 OUTROS
202 ASFALTO
287 OBRA CIVIL PÚBLICA

Quantidade	Unidade	Pavimento
31.500,00	m2	1

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSOS LOGRADOUROS, COM ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, NO BAIRRO NOVA BELÉM NO MUNICÍPIO DE JAPERI- RJ,

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ABENC - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS - ABENC/RJ

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de

MARCOS ARAUJO NASCIMENTO - 96633913753

CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA - 33584894000163

Valor ART: R\$233,94

Registrada em: 28/06/2022

Valor Pago: R\$233,94

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Nosso Número: 28078570001485565

Responsabilidade Técnica

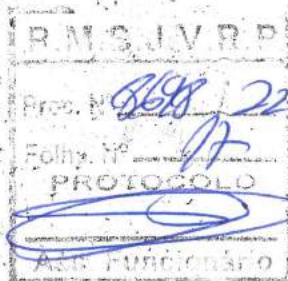
×

CMAx EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUCAO LTDA

Profissional	Data Início	Data Fim	Ramo
JOAO JOSE DE CARVALHO FILHO	03/09/2019	11/11/2019	OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL
LEANDRO DOS SANTOS MORAIS	30/08/2019		OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL
GUSTAVO BORGES E SILVA	13/05/2022		ENG SEG TRABALHO
DANIEL DUQUE ESTRADA BORIM	06/06/2022		OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRIC

Resultados por página: 15 1-4 de 4

FECHAR



Nome	Paulo da Silva Martins
Data de entrada	2019-05-10
Qualificação	Sócio-Administrador

Atividades de negócios da empresa

42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

Nas obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, destacam-se atividades específicas tais como subdivisão (loteamento) de terras com benfeitorias, construção de proteções de encostas (atirantamento e cortinas), assim como estruturas de contenção, execução de escoramento e obras de estabilidade (escalonamento, enrocamento, gabião, berna e muro de concreto ciclópico). Obras em açudes, infra para plantas industriais e tanques de combustíveis também fazem parte deste segmento. Os principais consumidores são aqueles característicos de obras de construções, conforme citado em outras categorias.

22.29-3-99 - Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente

A fabricação de artefatos de material plástico para outros usos, não especificados anteriormente, engloba os usos remanescentes. Podem ser exemplificados de acordo com a composição: acrílico (caixas, urnas, tubos e displays de mostruários); PVC (mangueiras flexíveis); poliestireno (isopor); copos descartáveis, canudinhos, colheres, garfos e facas; frascos e potes; pastas e torneiras de plástico. Esses artefatos atenderão outras indústrias de transformação e comércios para revenda e distribuição das mercadorias.

23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda

A fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda, engloba a venda de dormentes, estacas, vigas, aduelas, postes, longarinas, blocos, lajes, treliças, moirão e placas de cimento. Os usuários destes produtos residem nas empresas revendedoras de estruturas para construção, indústrias da construção civil, além de usuários que realizam encomendas customizadas para obras.

23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção

A construção de casas, edifícios e outras obras de construção civil precisa ser feita garantindo todo cuidado com a segurança possível. Todos os materiais devem ter uma preparação adequada. O concreto e a argamassa são dois dos materiais mais essenciais de uma construção, pois eles que garantem as características estruturais mais importantes da obra. O concreto é uma mistura de água, cimento e agregados. A argamassa também é constituída desses mesmos elementos mudando apenas o tipo de agregado utilizado.

23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes

A fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, compreende os



econômica são personalidades jurídicas privadas, repartições governamentais e pessoas físicas, principalmente na modalidade residencial. Nesta encontram-se: residências, casas (unifamiliares ou multifamiliares), além de apartamentos, moradias, conjuntos habitacionais, condomínios e edificações (inclusive arranha-céus). Nos edifícios comerciais enquadram-se: escritórios de profissionais liberais, como contadores, advogados e administradores, assim como consultórios, clínicas médicas e hospitais. Também: escolas, colégios, faculdades, universidades e outras instituições de ensino; orfanatos, creches e outras formas de alojamento. Completam a lista: lojas, empórios, galerias comerciais e shopping centers. A construção de edifício para fins específicos abrange: garagens e estacionamento; estações para trens e metrô; ginásios poliesportivos, quadras esportivas e estádios. Também armazéns e silos agropecuários; igrejas e templos; prisões (penitenciárias ou presídios); áreas de lazer, como teatros, cinemas, clubes, parques-de-diversão, casas de shows e espetáculos; postos de abastecimento de combustível, farmácias e lojas de conveniência, além de prédio industriais (galpões, unidades de produção, oficinas, laboratórios, fábricas e outras instalações).

42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias

O ramo de construção de ferrovias e rodovias envolve igualmente as atividades de recuperação das mesmas - autoestrada, via férrea (de superfície ou subterrânea - metropolitana) e também pista de aeroporto. Nas estradas enquadram-se atividades de pavimentação, frisação asfáltica, aplicação de concreto betuminoso usinado e macadame, imprimação, recapeamento, revestimento, pintura, reformas, colocação de bueiros (talwegues, grotas, greides), sarjeta, execução de banquetas, valeta e abaulamento de leitos e tapa-buracos. Na parte ferroviária, entram a construção de linhas férreas, com a colocação de trilhos, dormentes e a preparação do lastro. Terminais rodoviários e ferroviários estão fora deste escopo, assim como os serviços de sinalização de pistas, obras de urbanização e de construção de gasodutos, oleodutos e minerodutos. Os principais beneficiários são as empresas concessionárias de rodovias e ferrovias, assim como os governos municipais, estaduais ou federais responsáveis pela manutenção e operação destas.

42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais

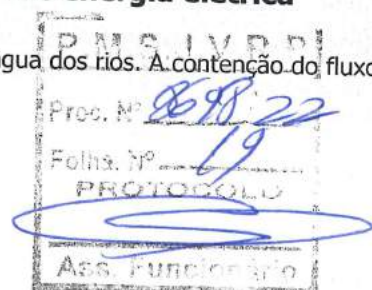
A atividade de construção de obras de arte especiais refere-se também à restauração e recomposição de alguns tipos de edificação, como passarela, ponte, viaduto e elevados, assim como túnel (sejam em via ferroviária, rodoviária ou metropolitana). Esta categoria também engloba a substituição de chocós (em túneis). Diferentemente de outras modalidades de serviços, a construção de vias e pistas não se enquadra aqui. Os beneficiários principais são instituições e repartições administrativas governamentais.

42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

A atividade de obras de urbanização (ruas, praças e calçadas) é voltada quase que integralmente para a administração pública, que é quem faz a gestão desses bens. Dentro dessa classe, consideram-se serviços de construção diversos: vias urbanas, estacionamento, calçadas, parques, fontes, chafarizes e praças. No caso das vias, ainda se adicionam as atividades de pavimentação, asfaltamento, frisação, aplicação de lama asfáltica e a execução de tapa-buracos. Além disso, estão englobadas as pinturas de sinalização das ruas, avenidas, logradouros e faixas de trânsito. Por fim, alguns serviços mais específicos como construção de meios-fios, sarjetas e recuperação de vias entram na lista também. As atividades em rodovias e a sinalização de tráfego estão fora desta categoria.

42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica

Para hidroelétricas poderem produzir energia, é necessário a contenção do fluxo de água dos rios. A contenção do fluxo gera a



16/10/2022 13

42.22-7-02 - Obras de irrigação

Uma irrigação adequada pode ser um diferencial para a produtividade de determinada plantação. Uma boa irrigação acontece quando existe uma infraestrutura que atenda a demanda da plantação com uma qualidade adequada e livre de contaminação. Há também a necessidade de seguir todas as regulamentações ambientais para garantir que não exista contaminação no lençol freático.

42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto

Atividades de construção de dutos de transporte, tais como: oleodutos, gasodutos, minerodutos, etc. Normalmente são grandes obras envolvendo um investimento altíssimo. Apesar disso, oleodutos e similares são importantes para cadeia logística porque no longo prazo esses empreendimentos diminuem consideravelmente os custos de transporte logístico.

42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas

A montagem de estruturas metálicas, constante no ramo de obras de infraestrutura em construção, representa a atividade de montagem de estruturas permanentes pré-fabricadas (obviamente de materiais metálicos), assim como os serviços de soldagem na construção civil. No entanto, caso a montagem seja realizada pela unidade fabricante das estruturas, recai sobre outra categoria econômica. Da mesma maneira, estruturas temporárias não se classificam aqui. Quem costuma oferecer estes serviços são empresas prestadoras de serviço de construção e solda, as próprias construtoras de engenharia (jamais as unidades de fabricação das estruturas) e profissionais especializados (soldadores de estruturas especiais, por exemplo).

43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas

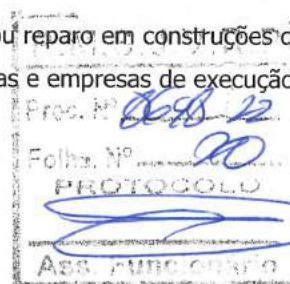
A demolição de edifícios e outras estruturas representa o serviço de desmonte e arrasamento de estruturas e edificações, através de processos manuais, mecanizados ou por implosão. Naturalmente, os principais usuários deste serviço são empresas construtoras e prestadoras de serviços de engenharia - nas etapas de demolições (muitas vezes preliminares numa obra, em um terreno que já possua alguma estrutura). Não fazem parte desta categoria: a descontaminação do solo, limpeza de terreno, terraplanagens, escavações, demarcações e fundações.

43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

Obras de terraplenagem fazem parte da categoria de preparação de terrenos para obras diversas. Diferentemente das obras de fundações, essas operações são caracterizadas pela escavação dos terrenos fundamentais à obra, assim como a compactação das terras. Os derrocamentos, operação de desmonte ou destruição de rochas, formam uma etapa importante, também incluída. Finalmente, destacam-se os nivelamentos (em especial para obras viárias). Todos esses serviços voltam-se para as empresas gestoras de construções ou indivíduos responsáveis por tal atribuição. O aluguel de maquinário e empregados para realização das obras também se enquadra aqui. Alguns exemplos de etapas de terraplenagem são: corte; aterro e desaterro; nivelção (nivelamento) de terra; escavação através de escavadoras (com operadores); remoção de rochas (inclusive destruição com o uso de explosivos - dinamitação); bota-fora; compactação do terreno; execução, recomposição e construção de diversos tipos de dreno (profundo, em camadas, lineares); e regularização de leitos.

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

Instalação e manutenção elétrica responde por qualquer tipo de alteração, manutenção ou reparo em construções que envolva partes elétricas. Esse tipo de serviço é amplamente utilizado por construtoras, empreiteiras e empresas de execução de



43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente

Nos serviços especializados para construção não especificados anteriormente enquadram-se partes como telhados, lareiras, churrasqueiras (de alvenaria à carvão e lenha, ou acopladas em sacadas e varandas - também dos tipos elétrica e gás), chaminés, coberturas e bem limpeza de fachadas de edifícios (jateamento de vapor, água ou areia) - impermeabilização não está incluída neste rol. Não podem ser esquecidos os serviços de construção de fornos e chaminés industriais, concretagem de lajes, colunas e vigas, calhas e bombeamento de concreto. Atendem-se os mesmos consumidores das demais atividades voltadas para obras e construções.

46.18-4-02 - Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares

Os representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares, novamente trata-se de uma atividade de intermediação comercial. Compreende aparelhos e instrumentos hospitalares como: estetoscópios, bisturis, medidores de pressão, boticões (para extração dentária), gel para moldes de dentaduras e artigos de ortopedia (como placas de titânio e próteses); além de equipamentos médico-cirúrgicos e demais produtos odontológicos. Atende demanda de clínicas, hospitais, consultórios e médicos e dentistas profissionais liberais.

46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios

O comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios é similar à categoria existente para o varejo, compreendendo estetoscópio, bisturi e outros instrumentos de uso hospitalar (médico ou odontológico). Com a finalidade de detalhar mais a categoria, seguem alguns outros materiais relevantes: kits de hemoglutoteste; instrumentos cirúrgicos; kits diagnósticos de exames (e de gravidez também); marcapassos; massageadores; válvulas biológicas; nebulizadores; luvas e ataduras; seringas e agulhas para suturas, punções ou injeções; dentre muitos outros.

46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças

O comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar (inclusive partes e peças) compreende as vendas em larga escala dos artigos referidos. Denominam-se equipamentos odonto-médicos aqueles de usos hospitalares ou laboratoriais para fins cirúrgicos, de monitoramento, fisioterápicos, dentre outros - como aparelhos de mamografia, ultrassom, raios-x, tomografia etc. Registra-se que materiais e instrumentos não fazem parte deste escopo.

46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral

O comércio atacadista de materiais de construção em geral, isto é, sem especialização, atende basicamente empresas, construtoras e prestadores de serviço do ramo, além de pequenos comércios com intenção de revenda. A diversidade de classe de produtos é bastante abrangente, incluídos todos os tipos imagináveis de materiais, desde que revendidos de forma genérica (incluídos tintas, solventes, vidraçaria, mármore, granitos, encanamentos, classe siderúrgica e metalúrgica e muitos mais).

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

suas áreas de atuação podem ser inúmeras, tais quais: Elétrica-eletrônica (telecomunicações, energia, física-médica, programação e computação); Química (ramo petroquímico, petrolífero, indústrias de base, cosméticos, bens de consumo, alimentos, produtos farmacêuticos); Mecânica (automotiva, aeronáutica, aeroespacial, hidráulica, naval, usinagem, prospecção de petróleo e peças mecânicas); Civil (obras prediais, construções específicas, ambiental e urbanística) e outros vertentes específicas (agrícola, minas, acústica, segurança, bioengenharia, nuclear, portuária, maquinaria, tráfego, produção e bélica). Não se consideram neste grupo as atividades voltadas à execução de obras, pesquisa e desenvolvimento, tampouco a realização de perícias e desenhos técnicos.

71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia

Os serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia representa uma atividade desejada por escritórios de projetos (caso não as realizem primariamente), construtoras e indústrias. Envolve os desenhos técnicos segundo às normas brasileiras ou internacionais, seja em papel ou seja computacional (hoje em dia é comum o design e modelagem em 3D de plantas e equipamentos, através de programas superpotentes). Também engloba a confecção de maquetes para a engenharia e arquitetura.

71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

As atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura (não especificadas anteriormente) englobam serviços de aerolevantamento, aerofotogrametria (este é um método bastante conhecido de obtenção de dados topográficos e mapeamento de terrenos através da via aérea - como por exemplo no levantamento da topografia para prospecção de poços de petróleo), serviços de gestão de águas e outras técnicas bastante especializadas de engenharia não classificadas em nenhuma das categorias anteriores. Entende-se, portanto, que a demanda maior por estes serviços é de empresas de mineração, petróleo e outros setores industriais, além de construtoras.

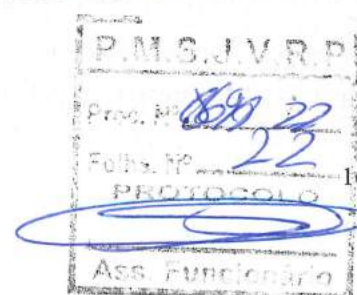
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas

Os testes e análises técnicas compreende a gama de serviços de análises físicas e químicas de materiais, tais como: testes acústicos e de vibração; composição química; pureza de minerais; características físicas de materiais (dureza, maleabilidade, durabilidade, radioatividade); desempenho; testes de contaminação (do ar, água e solo); provas de resistência e inspeção (funcionamento, envelhecimento, controle técnico, segurança e homologação de produtos). Pode ser requisitado por empresas para controles internos ou por órgãos e instituições governamentais.

72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais

As atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais compreendem os ramos da medicina, química, biologia, bioquímica, farmácia, biomedicina, agronomia, oceanografia, zootecnia - destacadas como ciências biológicas, assim como as ciências exatas e físicas: matemática pura e aplicada, física (termodinâmica, acústica, óptica, eletromagnetismo, eletricidade, mecânica), geologia, geofísica, geociências, astronomia, cosmologia, dentre outras. Enquadram-se aqui todas as pesquisas e suas implicações, com viés acadêmico ou aplicado na indústria e no comércio.

74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente



logradouros, vasilhames, caixas, caldeiras, chaminés, dutos, incineradores e máquinas industriais, até mesmo tratamento de piscinas e desentupimento em prédios; e finalmente a esterilização e sanitização hospitalar e de equipamentos médico-hospitalares. Em terrenos agrícolas, surgem as atividades de capina (capinação) e eliminação de micro-organismos. Assim, observa-se que esta atividade atende os mais diversos segmentos e indivíduos, desde governos e repartições administrativas até empresas.

correção / remoção de dados



16/10/2022 13

Parágrafo único. A critério do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e enquanto em dado município não houver profissionais habilitados na forma deste decreto, poderão ser permitidos, a título precário, as funções e atos previsto neste artigo a pessoas de idoneidade reconhecida.

~~Art. 6º Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever.~~

Art. 6º Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos, termos de compromisso de vistorias e arbitramentos e demais atos judiciais ou administrativos é obrigatória, além, da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, à declaração do número da carteira do profissional diplomado e a menção explícita do título legal que possuir. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 8.620, de 1946)

Parágrafo único. Não serão recebidos em juízo e nas repartições públicas federais, estaduais ou municipais, quaisquer trabalhos de engenharia, arquitetura ou agrimensura, com infração do que preceitua este artigo.

Art. 7º Enquanto durarem as construções ou instalações, de qualquer natureza, é obrigatória a afixação de uma placa, em lugar bem visível ao público, contendo, perfeitamente legíveis, o nome ou firma do profissional legalmente responsável, e a indicação do seu título de formatura, bem como a de sua residência ou escritório.

Parágrafo único. Quando o profissional não for diplomado, deverá a placa conter, mais, de modo bem legível, a inscrição - "Licenciado".

Art. 8º Os indivíduos, firmas, sociedades, associações, companhias e empresas em geral, e suas filiais, que exerçam ou explorem, sob qualquer forma, algum dos ramos da engenharia, arquitetura ou agrimensura, ou a seu cargo tiverem alguma seção dessas profissões, só poderão executar os respectivos serviços, depois de provarem, perante os Conselhos de Engenharia e Arquitetura, que os encarregados da parte técnica são, exclusivamente, profissionais habilitados e registrados de acordo com este decreto.

§ 1º A substituição dos profissionais obriga a nova prova, por parte das entidades a que se refere este artigo.

§ 2º Com relação à nacionalidade dos profissionais a que este artigo alude, será observado, em todas as categorias, o que preceituam o art. 3º e seu parágrafo único do decreto n. 19. 482, de 12 de dezembro de 1930, e o respectivo regulamento, aprovado pelo decreto n. 20. 291, de 12 de agosto de 1931.

Art. 9º A União, os Estados e os Municípios, em todos os cargos, serviços e trabalhos de engenharia, arquitetura e agrimensura, somente empregarão profissionais diplomados pelas escolas oficiais ou equiparadas, previamente registrados de acordo com o que dispõe este decreto, ressalvadas unicamente as exceções nele previstas.

Parágrafo único. A requerimento do Conselho de Engenharia e Arquitetura, de profissional legalmente habilitado e registrado de acordo com este decreto, ou de sindicato ou associação de engenharia, arquitetura ou agrimensura, será anulado qualquer ato que se realize com infração deste artigo.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO E DA CARTEIRA PROFISSIONAL

Art. 10. Os profissionais a que se refere este decreto só poderão exercer legalmente a engenharia, arquitetura ou a agrimensura, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados-diplomas e cartas no Ministério da Educação e Saúde Pública ou de suas licenças no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 11. Os profissionais punidos por inobservância do artigo anterior, não poderão obter o registro de que este trata, sem provarem o pagamento das multas em que houverem incorrido.

Parágrafo único. A continuação do exercício da profissão sem o registro a que este artigo alude, considerar-se-á como reincidência de infração deste decreto.

Art. 12. Se o profissional registrado em qualquer dos Conselhos de Engenharia e Arquitetura mudar de jurisdição, fará visar, no Conselho Regional a que o novo local de seus trabalhos estiver sujeito, a carteira profissional de que trata o art. 14, considerando-se que há mudança desde que o profissional exerça qualquer das profissões, na nova jurisdição, por prazo maior de noventa dias.

Art. 13. O Conselho Federal a que se refere o art. 18, organizará, anualmente, com as alterações havidas, a relação completa dos registros, classificados pelas especialidades dos títulos e em ordem alfabética, e a fará publicar no Diário Oficial.

Art. 14. A todo profissional registrado de acordo com este decreto, será entregue uma carteira profissional, numerada, registrada e visada no Conselho Regional respectivo, a qual conterá :

a) seu nome por inteiro;



16/10/2022 16

- c) examinar, decidindo a respeito em última instância, e podendo até anular, o registro de qualquer profissional licenciado que não estiver de acordo com o presente decreto;
- d) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- e) julgar em última instância os recursos de penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;
- f) publicar o relatório anual dos seus trabalhos, em que deverá figurar a relação de todos os profissionais registrados.

Art. 23. Ao presidente, que será sempre o representante do Governo Federal, compete, além da direção do Conselho, a suspensão de qualquer decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato da suspensão vigorará até novo julgamento do caso, para o qual o presidente convocará segunda reunião, no prazo de quinze dias, contados do seu ato; e se, no segundo julgamento, o Conselho mantiver, por dois terços de seus membros, a decisão suspensa, esta entrará em vigor imediatamente.

Art. 24. Constitue renda do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura o seguinte :

- a) um terço da taxa de expedição de carteiras profissionais estabelecida no art. 14 e parágrafo único;
- b) um terço das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;
- c) doações;
- d) subvenções dos Governos.

Art. 25. O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fixará a composição dos Conselhos Regionais, que deve, quanto possível, ser semelhante à sua, e promoverá a instalação, nos Estados e no Distrito Federal, de tantos desses órgãos quantos forem julgados necessários para a melhor execução deste decreto, podendo estender-se a mais de um Estado a ação de qualquer deles.

Art. 26. São atribuições dos Conselhos Regionais :

- a) examinar os requerimentos e processos de registro de licenças profissionais, resolvendo como convier;
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações do presente decreto, decidindo a respeito;
- c) fiscalizar o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, impedindo e punindo as infrações deste decreto, bem como enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada ;
- d) publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura;
- f) representar ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura acerca de novas medidas necessárias para a regularidade dos serviços e para a fiscalização do exercício das profissões indicadas na alínea c deste artigo;
- g) expedir a carteira profissional prevista no art. 14;
- h) admitir a colaboração das sociedades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores.

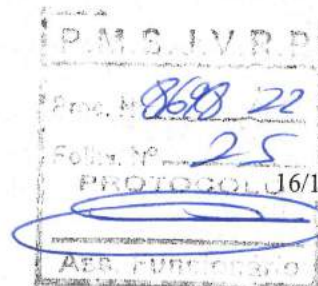
Art. 27. A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte :

- a) dois terços da taxa de expedição de carteiras profissionais, estabelecida no art. 14 e parágrafo único;
- b) dois terços das multas aplicadas conforme a alínea c do artigo anterior;
- c) doações;
- d) subvenções dos Governos.

CAPÍTULO IV
(Vide Decreto-Lei nº 8.620, de 1946)

DAS ESPECIALIZAÇÕES PROFISSIONAIS

Art. 28. São da competência do engenheiro civil :



Art. 32. Consideram-se da atribuição do engenheiro mecânico eletricista :

- a) trabalhos topográficos e geodésicos;
- b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;
- c) trabalhos de captação e distribuição de água;
- d) trabalhos de drenagem e irrigação;
- e) o estudo, projeto, direção e execução das instalações de força motriz;
- f) o estudo, projeto, direção e execução das instalações mecânicas e eletro-mecânicas;
- g) o estudo, projeto, direção e execução das instalações das oficinas, fábricas e indústrias;
- h) o estudo, projeto, direção e execução de obras relativas às usinas elétricas, às redes de distribuição e às instalações que utilizem a energia elétrica;
- i) assuntos de engenharia legal concernentes aos indicados nas alíneas a a h deste artigo;
- j) vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores.

Art. 33. São da competência do engenheiro eletricista :

- a) trabalhos topográficos e geodésicos;
- b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;
- c) a direção, fiscalização e construção de obras de estradas de rodagem e de ferro;
- d) a direção, fiscalização e construção de obras de captação e abastecimento de água;
- e) a direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação;
- f) a direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos as máquinas e fábricas;
- g) a direção, fiscalização e construção de obras concernentes às usinas elétricas e às redes de distribuição de eletricidade;
- h) a direção, fiscalização e construção das instalações que utilizem energia elétrica;
- i) assuntos de engenharia legal, relacionados com a sua especialidade;
- j) vistorias e arbitramentos concernentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 34. Consideram-se da atribuição do engenheiro de minas :

- a) o estudo da geologia econômica e pesquisas de riquezas minerais;
- b) a pesquisa, localização, prospecção e valorização de jazidas minerais;
- c) o estudo, projeto, execução, direção e fiscalização de serviços de exploração de minas;
- d) o estudo, projeto, execução, direção e fiscalização de serviços da indústria metalúrgica;
- e) assuntos de engenharia legal, relacionados com a sua especialidade;
- f) vistorias e arbitramentos concernentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 35. São da competência do engenheiro-geógrafo ou do geógrafo :

- a) trabalhos topográficos, geodésicos e astronômicos;
- b) o estudo, traçado e locação das estradas, sob o ponto de vista topográfico;
- c) vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores.



16/10/2022 16

- a) aos profissionais, pelos Conselhos Regionais, com recurso para o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura;
- b) às autoridades judiciárias e administrativas, pela autoridade competente, após inquérito administrativo regular, instaurado por iniciativa própria ou a pedido, quer do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura ou dos Conselhos Regionais, quer de profissional ou associação de classe, legalmente habilitados.

Parágrafo único. As autoridades administrativas e judiciárias incursas na pena de suspensão serão, também, responsabilizadas pelos danos que a sua falta houver porventura causado ou venha a causar a terceiros.

Art. 43. As multas serão inicialmente aplicadas no grau máximo quando os infratores já tiverem sido condenados, por sentença passada e julgada, em virtude de violação dos arts. 134, 135, 148, 192 e 379 do Código Penal e dos artigos 1.242, 1.243, 1.244, e 1.245 do Código Civil.

Art. 44. No caso de reincidência na mesma infração, praticada dentro do prazo de dois anos, a penalidade será elevada ao dobro da anterior.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os engenheiros civis, industriais, mecânicos-eletricistas, eletricitas, arquitetos, de minas e geógrafos que à data da publicação deste decreto, estiverem desempenhando cargos, ou funções, em ramo diferente daquele cujo exercício seus títulos lhes asseguram poderão continuar a exercê-los.

Art. 46. As disposições do capítulo IV não se aplicam aos diplomados em época anterior à criação das respectivas especializações nos cursos das escolas federais consideradas padrões.

Art. 47. Aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura fica cometido o encargo de dirimir quaisquer dúvidas suscitadas acerca das especializações de que trata o capítulo IV, com recurso suspensivo para o Conselho Federal, a quem compete decidir em última instância sobre o assunto.

~~Art. 48. Tornando-se necessário ao progresso da técnica, da arte ou do país, ou, ainda, tendo modificados os cursos padrões, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura procederá à revisão das especializações profissionais, propondo ao Governo as modificações convenientes. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 8.620, de 1946)~~

Art. 49. Dos anteriores registros de títulos de profissionais, efetuados nas Secretarias de Estado, federais ou estaduais, os quais ficam adstritos à revisão do Ministério da Educação e Saúde Pública, serão cancelados os que este reputar irregulares ou ilegais e incorporados ao registro de que se ocupa o capítulo II deste decreto os que considerar regulares e legais.

Parágrafo único. Os profissionais cujos títulos forem considerados regulares e legais consoante este artigo ficam sujeitos também ao pagamento da taxa de 30\$000 (trinta mil réis), relativa à expedição da carteira profissional de que trata o art. 14.

Art. 50. Dos nove membros que, consoante as alíneas b e c do art. 20, constituirão o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, serão sorteados, na reunião inaugural, os seis que deverão exercer o respectivo mandato por um ano ou por dois anos, cabendo cada prazo destes a um dos membros constantes da primeira daquelas alíneas e a dois dos da segunda.

Art. 51. A exigência do registro do diploma, carta, ou outro título, só será efetiva após o prazo de seis meses, contados da data da publicação deste decreto.

Art. 52. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

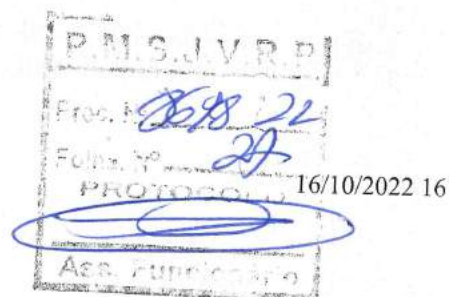
Art. 53. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1933, 112º da Independência e 45º da República.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Pedro Salgado Filho.
Washington Ferreira Pires.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.12.1933, retificado em 16.1.1934 e em 13.3.1936



I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a aeronaves, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; infra-estrutura aeronáutica; operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aéreo; seus serviços afins e correlatos;

Art. 4º - Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de:

- a) loteamentos;
- b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem;
- c) traçados de cidades;
- d) estradas; seus serviços afins e correlatos.

II - o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

Art. 6º - Compete ao ENGENHEIRO CARTÓGRAFO ou ao ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA ou ao ENGENHEIRO GEÓGRAFO:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.



I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução referentes a dimensionamento, avaliação e exploração de jazidas petrolíferas, transporte e industrialização do petróleo; seus serviços afins e correlatos.

Art. 17 - Compete ao ENGENHEIRO QUÍMICO ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE QUÍMICA:

I - desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos.

Art. 18 - Compete ao ENGENHEIRO SANITARISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a controle sanitário do ambiente; captação e distribuição de água; tratamento de água, esgoto e resíduos; controle de poluição; drenagem; higiene e conforto de ambiente; seus serviços afins e correlatos.

Art. 19 - Compete ao ENGENHEIRO TECNÓLOGO DE ALIMENTOS:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria de alimentos; acondicionamento, preservação, distribuição, transporte e abastecimento de produtos alimentares; seus serviços afins e correlatos.

Art. 20 - Compete ao ENGENHEIRO TÊXTIL:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à indústria têxtil; produtos têxteis, seus serviços afins e correlatos.

Art. 21 - Compete ao URBANISTA:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito; seus serviços afins e correlatos.

Art. 22 - Compete ao ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 23 - Compete ao TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR ou TECNÓLOGO:

I - o desempenho das atividades 09 a 18 do artigo 1º desta Resolução, circunscritas ao âmbito das respectivas modalidades profissionais;

II - as relacionadas nos números 06 a 08 do artigo 1º desta Resolução, desde que enquadradas no desempenho das atividades referidas no item I deste artigo.

Art. 24 - Compete ao TÉCNICO DE GRAU MÉDIO:



Fwd: Recurso Concorrência Publica 01/2022 - São José do Vale do Rio Preto -RJ

1 mensagem

SECULUS CONSTRUTORA <seculusconstrutoraeprojetos@gmail.com>

Para: admlicitriopreto@gmail.com

19 de outubro de 2022 18:23

Cc: SECULUS CONSTRUTORA <seculusconstrutoraeprojetos@gmail.com>, "Seculus Construtora e Projetos LTDA ." <seculusconstrutora@hotmail.com>, marciomarinho23@hotmail.com, engenheiroclaudio@hotmail.com

Boa Tarde Nobre Equipe da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -RJ!

Respeitosamente, encaminho em anexo o Recurso referente a Concorrência 01/2022 ,para análise a aprovação da equipe .

Cordialmente,



Márcio Márinho P.Pontes
Administrativo

----- Forwarded message -----


De: **SECULUS CONSTRUTORA** <seculusconstrutoraeprojetos@gmail.com>

Date: ter., 18 de out. de 2022 às 23:27

Subject: Recurso Concorrência Publica 01/2022 - São José do Vale do Rio Preto -RJ

To:

Cc: Seculus Construtora e Projetos LTDA . <seculusconstrutora@hotmail.com>, SECULUS CONSTRUTORA <seculusconstrutoraeprojetos@gmail.com>, <engenheiroclaudio@hotmail.com>, <marciomarinho23@hotmail.com>

 Recurso Concorrência 01 .2022 -Pref.Munic.São J...

Boa Tarde !

Encaminho em anexo o Recurso da Concorrência Pública 01/2022 da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -rj.

Cordialmente,

Cláudio Marinho





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

FOLHA PARA INFORMAÇÕES

ANEXADA AO PROCESSO 8698 / 22

NÚMERO

ANO

FOLHA Nº. 3

RÚBRICA DO FUNCIONÁRIO

Ordem 30/08/2022 a 10/10/22
Em: 20/10/22

Érica Glizente Lara
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 3450